

Excluídos da educação

17 MAI 1995

VICTOR FACCIONI

JORNAL DE BRASÍLIA

A maior dificuldade que a administração pública apresenta hoje, neste nosso Brasil repleto de "excluídos", seguramente diz respeito à seleção de prioridades. Ocorre que tantas e tais são as emergências, que o administrador corre o risco de ter que atender a tantos objetivos e com iguais urgências, a ponto dos recursos se diluírem e o que seria prioritário acaba na verdade banalizado ou inexistente. As áreas sociais, como da saúde, Previdência Social, menor abandonado, juventude e velhice desamparadas, desemprego, baixos salários na área e pior ainda dos aposentados, falta de moradia, ou as áreas de infra-estrutura desde água e saneamento básico, até o setor de estradas sem asfalto, energia e telecomunicação deficientes, ou o impasse do crédito agrícola, sem falar na ultraprioridade do combate à inflação, tudo se apresenta como prioritário neste nosso Brasil de tantas necessidades, mas também de possibilidades sem fim. Daí a necessidade de se estabelecer uma hierarquia de prioridades e urgências, única forma de se atender ao justo reclamo dos "excluídos". Em meio a tal contexto, a melhor forma de se acabar com os "excluídos", ou melhor dito, com a "exclusão dos excluídos", ainda é, e cada vez mais a educação, devendo por isso ser a prioridade nº 1. Priorizar a

educação, começando por garantir a todos os brasileiros o direito de acesso à escola, e nela a melhor e mais adequada formação, eis o grande e maior desafio que deveria envolver não só o Governo, mas toda a sociedade. Escola sem "excluídos" do seu acesso.

O governo FHC, priorizou a educação, e colocou à testa do MEC um brasileiro altamente qualificado sobre todos os pontos de vista, o ex-reitor da Unicamp e ex-secretário da Educação de São Paulo, Paulo Renato Souza. Tudo bem. Aplausos pela seleção da prioridade e pelo ministro. Mas dentro das medidas anunciadas, na programação do MEC, encontramos uma grave omissão. A pouca atenção até aqui dada para o programa do Crédito Educativo, e ou alternativas outras para o aluno carente. Fora da restrita universidade pública e gratuita, o trabalhador-estudante brasileiro, sem recursos financeiros tem chance mínima, e se constitui em verdadeiro "excluído" pelo Estado elitista. Agora mesmo, chegou-nos a notícia da redução, quando deveríamos ter a mais considerável ampliação de recursos e vagas para o Crédito Educativo. Já estamos em maio, e tais recursos não saíram. Se liberados, mesmo no otimismo do combativo líder do Governo no Congresso Nacional, meu conterrâ-

neo e ex-colega da Câmara dos Deputados, Germano Rigotto, seria abaixo do anunciado pelo ministro da Educação anterior, Murilo Hingel. Aumentará assim, ao invés de diminuir a faixa dos "excluídos" da Escola e da Educação, exatamente no ano em que a CNBB, em sua oportuna Campanha da Fraternidade coloca o tema dos "excluídos" como o grande apelo na área social. A eles, "os excluídos" dou aqui espaço, para que façam seu apelo aos ministros Paulo Renato, Malan e Serra, da Educação, Fazenda e Planejamento, respectivamente, como em especial ao sociólogo e professor FHC, nosso digno Presidente.

O ministro Murilo Hingel, em dezembro último, anunciou 50.000 novas vagas do Creduc para este ano de 95, a exemplo de 94. Seriam, 30.000 no 1º semestre, e 20.000 no 2º. Número pequeno, diante do número dez ou mais vezes maior de alunos necessitados. Mas, nem a liberação disso até agora aconteceu. Muitas matrículas vão se perder, aumentando a triste evasão escolar brasileira, mas o Governo tem como evitar que tal aconteça, confiamos que quanto antes venha a fazê-lo.

■ Victor Faccioni é professor e ex-deputado federal pelo PPR do Rio Grande do Sul